

ATA Nº 01

REUNIÃO ORDINÁRIA – 23/06/2023

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões do CRAS Monte Alegre, aconteceu a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). A reunião iniciou com a fala de Cleverson Silva dos Santos, Secretário Municipal de Assistência Social, que deu as boas-vindas a todos/as os/as presentes e destacou a satisfação em ver concretizar a criação deste conselho. Apresentou que esse primeiro momento seria destinado para conhecer todas as representatividades, definir a diretoria e apresentar alguns aspectos gerais, sendo que as demais pautas e trabalhos seriam definidos na sequência, no transcorrer das reuniões. Assim, a palavra foi repassada para os/as presentes. Apresentaram-se os/as representantes do segmento governamental (indicados/as pelas secretarias municipais) e representantes da sociedade civil (usuárias da política de atendimento, entidades ou organizações prestadoras de serviços e organizações de trabalhadores do setor). Além dos membros do conselho, a reunião contou com a participação também de Rita Mara de Paula Araujo, Vice-prefeita, a qual destacou o seu apoio aos trabalhos do conselho, à definição de políticas públicas voltadas para as mulheres e a sua felicidade em fazer parte dessa construção. Na sequência a palavra retornou para o secretário Cleverson, que apresentou questões referentes ao orçamento municipal, que dentro da previsão da Secretaria Municipal de Assistência Social existirá uma ação específica para a manutenção do CMDM, onde haverá a previsão de recursos de cerca de treze mil reais. Citou que assim como para os outros conselhos, este terá a possibilidade de prever verba para consumo, compra de equipamentos, contratação de serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica) e demais necessidades, respeitando-se os princípios da Administração Pública, no que concerne à aquisição de bens e serviços através de processos licitatórios. Mencionou que serão realizados os trâmites junto à Secretaria Municipal de Finanças para efetivar a criação desta ação dentro do orçamento. Apresentou ainda que o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, já instituído através de Lei, pode passar a receber recursos oriundos de doação, os quais poderão ser destinados ao atendimento específico de políticas públicas voltadas a este público. Relatou que há um processo a ser percorrido, mas que pode ser visto

como uma possibilidade futura. Neste sentido, Rita destacou a necessidade de divulgar os trabalhos do conselho, para que a sua utilidade pública possa ser cada vez mais reconhecida e assim, conseqüentemente trazer mais apoiadores. Na sequência, Adriana de Araujo Proença, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentou outras pautas que podem surgir para o conselho, como a aprovação de deliberações específicas dos conselhos estaduais e nacionais. Mencionou que hoje grande parte dos assuntos têm sido tratados de forma mais ampla no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), mas que com a criação de conselhos específicos, estas questões podem ser analisadas e aprovadas dentro de cada seara. Por fim, Cleverson retomou a palavra e abriu para a candidatura de integrantes da diretora. Sugeriu-se que neste primeiro momento houvesse a definição da presidência dentre as representantes governamentais, haja vista que sendo servidora, a mesma teria mais facilidade para iniciar os trabalhos, o que foi aceito de maneira unânime. Assim, a psicóloga Bruna Luana Souza Javorski (representante titular da Secretaria Municipal de Assistência Social) se candidatou ao cargo. Respeitando a paridade, a assistente social Roberta de Paula Ferreira (representante do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-PR) se candidatou ao cargo de vice-presidente. Não havendo a manifestação de outras candidaturas ou oposições, ambas foram eleitas. Para o cargo de secretária executiva, houve a candidatura de Flávia Bueno da Luz, a qual também foi aprovada. Considerando que para esta última função há a definição de que deve ser profissional indicada, que não faça parte da composição direta do conselho, Flávia optou por se desligar como representante suplente do CRESS-PR, repassando a vaga para Fernanda Thais Carvalho, que havia ficado em terceiro lugar na eleição que aconteceu no Fórum Municipal da Mulher. Finalizando os assuntos definidos na programação e não tendo nada mais a tratar, eu Flávia Bueno da Luz lavrei a presente ata, que se aprovada, seguirá assinada por mim e pelos/as demais presentes.